



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

ANÁLISE SOBRE INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL

Elvira Bezerra Pessoa, UEPB

Emanuelle de Sousa Gomes, UEPB

Suzane Guedes, UEPB

Valkiria da Silva Lira, UEPB

RESUMO: O presente estudo explana o contexto histórico vivenciado pelas pessoas com a deficiência visual. Esta pesquisa busca corroborar a trajetória e conquistas na busca de uma inclusão verdadeira, ou seja, na prática e no cotidiano. Para a realização desta análise foi utilizado documentos e escritos acerca da inclusão, bem como estudos teóricos voltados para o cotidiano e as práticas dos mesmos, em diversos âmbitos da sociedade. Assim, faz necessário oferecer novos caminhos quando se deseja incluir as pessoas com deficiência na sociedade, de modo que elas possam sentir-se independentes. Tais caminhos devem partir de ideologias que valorizem as capacidades intelectuais desses jovens, as quais devem estar em constante aprendizagem.

PALAVRAS CHAVES: Necessidades Especiais, Inclusão e Conquistas.

INTRODUÇÃO

O estudo realizado sobre a trajetória das pessoas com deficiência é resultado de uma pesquisa bibliográfica baseada em inscitos e subsidiada em teóricos que defendiam a inclusão destes no meio social e cultural na tentativa de quebrar um tabu de preconceitos e restrições existentes na sociedade.

Este busca esclarecer alguns dos mitos existente com estas pessoas, relatando algumas de suas lutas e as conquistas obtidas como o passar das décadas. Entre estas destacando a Declaração de Salamanca, que reafirmou o compromisso de uma Educação para todos, ao reconhecer a necessidade e urgência de uma educação que beneficiasse as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, esta assegurou uma educação eficaz, acreditando que a educação inclusiva é a melhor forma de promover o convívio e respeito entre os alunos/as especiais e aqueles considerados “normais” e os artigos constitucionais que promulgaram a inclusão dos mesmos em sala de aula.

No Brasil, até a década de 50 do século XX quase não se falava em educação especial, por este motivo observamos uma dificuldade em encontrar atualmente profissionais capacitados para lidar com a educação destas pessoas. Podemos dizer que esta ausência ocorre



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

devido às leis e projetos que garantem o direito de gozarem de uma educação igualitária para todos ter acontecido tardiamente.

1- BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A história constata que as pessoas com deficiência viveram por muito tempo à margem da sociedade. Na Antiguidade, nas cidades gregas como Atenas e Esparta, as crianças com deficiências eram abandonadas nas montanhas, na Roma Antiga, as mesmas eram jogadas nos rios. Pois, “as crianças com deficiência eram vistas como inúteis pela sociedade da época e por isso deveriam ficar longe dos seus olhos” (CARDOSO, 2003).

Na Idade Média, período em que as pessoas com deficiência não mais podiam ser exterminadas, vigorava uma crença de que todos os seres humanos eram criaturas de Deus. Contudo, algumas pessoas com deficiência, continuavam como bobos da corte ou mesmo perseguidos, apedrejados e torturados por serem consideradas, ainda, por uma parte significativa da sociedade, como pessoas com possessões demoníacas ou frutos do castigo de Deus. Através dos tempos, os estigmas sofreram algumas alterações:

Desde a seleção natural além da seleção biológica dos espartanos que eliminaram as crianças mal formadas ou deficientes – passando pelo conformismo piedoso do cristianismo, até a segregação e marginalização operadas pelos “exorcistas” e “esconjurados” da Idade Média, a perspectiva da deficiência andou sempre ligada a crenças sobrenaturais, demoníacas e supersticiosas. [...] Nos séculos XVI e XVII, a mitologia, o espiritismo e a bruxaria dominaram e afetaram a visão da deficiência de onde decorreram julgamentos morais, perseguições, encarnações (FONSECA 1995, p. 8).

A situação teve uma significativa mudança na Idade Moderna, quando se inicia o atendimento às pessoas com deficiência, embora fosse mais de caráter assistencial do que educacional. Esse pensamento permaneceu até o final do século XVII e início do século XIX, período em que começam a surgir novas ideias na área da Medicina referentes aos tipos de deficiência e suas causas. O século XX chegou trazendo toda herança de crenças, mitos, preconceitos e desvalorização, a despeito da evolução até então alcançada.

Esse tipo de atitude conduz a generalização da deficiência em tal proporção que a pessoa passa a ser vista em sua totalidade como deficiente e não como portadora de deficiência. (...) Acredito que se tornou claro que o estarei fazendo quando utilizar a expressão ‘pessoa deficiente’ em relação as pessoas que apresentam alguma deficiência e que por isso mesmo, não



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

devem ser confundidas com deficiência. Não se trata, portanto de um tipo de categoria, mas de um ser humano em sua singularidade, com suas limitações e capacidades (MAZZOTTA 1982, p. 15).

A crítica das concepções segregacionistas e a pressão contrária a institucionalização vinham se acumulando desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris na França, em prol do direito de toda pessoa á educação. Convergiram na década de 60 para reformulação de ideias e a busca de novas práticas educacionais e sociais direcionadas as pessoas com algum tipo de deficiência. Nesse contexto, dois novos conceitos passaram a circular no debate social, normalização e desinstitucionalização.

O movimento pela desinstitucionalização, baseada na ideologia da modernização que defendia a necessidade de introduzir a pessoa com necessidades educacionais na sociedade, procurando ajudá-la a adquirir as condições e os padrões de vida cotidiana, no nível mais próximo do normal. (...) Ao se afastar do paradigma da institucionalização e adotar as idéias da normalização, criou-se o conceito de integração, que se referia a necessidade de modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais de forma que pudesse vir a se assemelhar o mais possível, aos demais cidadãos para então poder ser inserida, integrada ao convívio em sociedade. (PROJETO ESCOLA VIVA 2005, p. 16)

1.1- A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: LEIS E DIRETRIZES

O direito de educação para todos foi reafirmado e assegurado em 10 de junho de 1994, quando representantes de 92 países e 25 organizações internacionais, reuniram-se e realizaram com a ajuda do governo espanhol e da UNESCO, a Conferência Mundial da Educação, conhecida como a Declaração de Salamanca:

Um dos aspectos mais ressaltados durante as discussões era o modo como o sistema educacional tem atuado, levando a exclusão de uma grande parcela dos alunos. Os especialistas revelaram que a inclusão dos grupos minoritários não é uma decorrência natural do sistema de ensino, mas exatamente o oposto. O sistema tende a excluir os alunos diferentes, privilegiando os alunos considerados normais (Cardoso 2003, p.21).

Em 1988 o Brasil já demonstrava uma preocupação com uma política educacional inclusiva quando promulgou no TÍTULO VIII, da Constituição Federal, no capítulo da ordem social, estes encontram-se nos Artigos 208 e 227. Essa segurança foi reafirmada em 1996 com



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando promulgou a lei de nº 9.394, garantindo a educação especial através dos Artigos 58, 59 e 60.

Parágrafo único. O poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Mesmo com todas essas leis, a educação continua precisando de uma série de investimentos e interesses no que diz respeito à qualificação do profissional da área educacional. É preciso investir nos cursos de formação continuada que qualifiquem o/a professor a trabalhar de maneira coerente e sensata na sala de aula, e em particular nas salas de aulas que recebem as pessoas com deficiência. O professor como mediador do conhecimento, precisa compreender que no mundo atual, principalmente no país em que vivemos, não cabe mais ignorar os diversos povos e diversas culturas existentes. E, à medida que se aprofundam as discussões sobre gênero, etnia, religião e outras a mais, há a urgente necessidade das instituições educacionais de trabalharem a diversidade em sua sala de aula. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças_ não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento (PCN's: Introdução: 1997, p.27).

2-METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, nossa pesquisa foi realizada tendo como base a pesquisa bibliográfica, a qual analisou documentos escritos acerca de Inclusão e nos estudos teóricos os quais nos deram subsídios para descrever acerca do tema abordado. Contribuiu para a nossa pesquisa todas as informações e questionamentos dos teóricos da área específica, o que nos possibilitou apoiar-se também na pesquisa qualitativa, a fim de interpretarmos e analisarmos os respectivos estudos.

2.1-O UNIVERSO DAS PESSOAS DEFICIENTES VISUAIS



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Em meados do século XIX, no período Imperial, a 12 de setembro de 1854, o Imperador D. Pedro II, através do Decreto Imperial nº 1.428, criou o **Imperial Instituto de Meninos Cegos**, e começou a pensar em uma educação para deficientes aqui no Brasil.

No período Republicano, de Imperial Instituto de Meninos Cegos, a Instituição passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant e era a única que atendia as pessoas cegas até por volta da década de 20 do século XX, quando surgiu o Instituto São Rafael na cidade de Belo Horizonte. Em seguida ainda no século XX, no ano de 1927, na cidade de São Paulo, foi inaugurado mais um Instituto para cegos, que recebeu o nome de: Instituto para Cegos Padre Chico (MASINI 1994).

Com o aumento de instituição para cegos, houve a necessidade de profissionais especializados que desenvolvessem um processo de ensino-aprendizagem eficaz para a construção e crescimento cognitivo e educacional da pessoa cega. Assim, de acordo com Masini (1994, p.84 e 85):

Em 1945, foi implantado no Instituto de Educação Caetano de Campos, em São Paulo, o primeiro curso de especialização de professores, oficializado através do Decreto Lei nº 16.392, de 02/12/1946. [...] Em 1947, o Instituto Benjamin Constant e a Fundação Getúlio Vargas, em regime de cooperação, realizaram o curso de caráter intensivo destinado à especialização de professores para deficientes visuais. A partir de 1951, foram realizados cursos de especialização de professores e inspetores para DV, com alunos de diferentes unidades federativas.

Sem dúvida alguma, esse foi um dos primeiros passos aqui no Brasil para consolidar a política educacional de inclusão dos alunos deficientes visuais, capacitarem profissionais com a finalidade de deixá-los aptos para trabalharem com a referida deficiência.

Entende-se por cegueira a acuidade visual igual ou menor que 0,05 no menor olho, com a melhor correção óptica. A cegueira tem como característica a não apreensão do mundo externo pela visão, sendo as pessoas cegas caracterizadas por uma deficiência sensorial. De acordo com Ormelezi (2000, p. 18):

Objetivamente, a cegueira é classificada dentro do quadro de referência da deficiência visual, caracterizando-se por uma limitação de ordem sensorial no órgão da visão, o que caracteriza um modo específico de percepção e organização do mundo. O valor atribuído à idéia de limitação é dado pelo fato de a visão ter um papel fundamental na apreensão do mundo [...]



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Sendo assim, as pessoas cegas utilizam outros meios, que não os visuais, para se relacionarem com as pessoas, objetos que o cercam e o mundo em geral. É através do processo perceptivo, refletidos em toda uma estrutura cognitiva que os mesmos se constituem psicologicamente enquanto sujeitos.

A aquisição da cegueira pode ocorrer por diversas formas, condições e idades. Ela pode ser ocasionada por doenças, neste caso atinge diretamente o aparelho ocular, a exemplo da catarata ou quando vem associada a alguma doença como a diabetes, por exemplo. Há ainda os casos de cegueira adquirida através de acidentes. Dividindo-se a cegueira em dois campos, os cegos congênitos e a cegueira adquirida.

É considerado cego congênito aquele que já nasce cego ou adquire a deficiência até os cinco anos de idade. De acordo com Ormelezi (2000, p. 29):

A cegueira é considerada congênita quando a criança já nasce cega ou quando se torna cega até os cinco anos de idade. Os estudos indicam que, perdendo a visão até esse momento, não há retenção de imagens visuais, ou seja, a criança não poderá contar com uma memória visual como referência para suas construções mentais.

Já a cegueira adquirida, que é aquela que ocorre na maioria das vezes por algum acidente, provoca na pessoa que ficou deficiente do órgão da visão, uma sensação de perda, já que esta tem uma noção do que seja o mundo e as pessoas em sua volta. Confirmando o que diz Blank (1957) e Vash (1988) *apud* Amiralian (1997, p. 69):

As reações ao choque descritas por Blank (1957) como despersonalização, e por Vash (1988) como uma experiência de encontro muito próximo com a morte, exigem uma retirada momentânea da carga afetiva e um posterior tempo de luto e lamentação para a pessoa digerir suas perdas. Só depois ela poderá enfrentar o longo caminho de “renascimento” como pessoa cega.

O fato de ser através da visão que a maior parte da população apreende o mundo, o não enxergar gera no pensamento dos videntes a escuridão, as trevas, o estar perdido em meio à multidão. E as tradições insistem em afirmar que assim o é, pois ora os cegos são vistos como mendigos, coitados e mazelentos, ora são vistos como seres que trazem consigo mistérios e dons vindos de um poder sobrenatural. Amiralian (1997, p. 23), confirma que:

De um lado os cegos são concebidos e descritos, nas estórias cotidianas, como pobres, indefesos, inúteis e desajustados. Muitas vezes, são tolos e



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

dignos de piedade [...] Por outro lado, há também a visão do cego possuidor de *insights* e poderes sobrenaturais. Existe a ideia comum do sexto sentido dos cegos. Os cegos misteriosos, possuidores de dons que os tornam capazes de um conhecimento que ultrapassa o tempo e o espaço, e que está além das aparências.

Seja como for, pesquisas e estudos têm mostrado vários conceitos de deficiência visual, seja sob o enfoque educacional seja sob o enfoque médico, sempre na intenção de esclarecer com maior compreensão o assunto e contribuindo para a inserção da pessoa deficiente visual na sociedade.

2.2 - POR UMA EDUCAÇÃO E ESCOLA INCLUSIVA

Diante dos paradigmas e reivindicações pelo direito a uma educação e escola inclusiva, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (1991, p. 4), sancionou que:

A educação básica deve ser proporcionado a todas as crianças, jovem e adulto. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar a sua qualidade, como tomar medidas efetivas para reduzir a desigualdade [...]; é mister oferecer a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade de aprendizagem.

Em 10 de junho de 1994, com o intuito de reafirmar o direito de educação para todos, ocorre na Europa uma Conferência Mundial de Educação, é nesse encontro que é assinado a tão conhecida Declaração de Salamanca, um documento que assegurava e reafirmava o compromisso de educação para todos, incluindo as pessoas com necessidades educacionais especiais, assegurando também uma educação eficaz e inclusiva. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p11):

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

Diante dessa realidade, acreditamos que a escola deve ser lugar de interação e de valorização do diferente e não pode de maneira alguma excluir o aluno seja ele deficiente ou não. Deve seguir os princípios da escola inclusiva, assim com afirma a UNESCO (1994, p. 11):



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades que apresentam. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos; adaptando-se aos vários ritmos e estilos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de aprendizagem para todos.

Sabemos que há muito para se fazer até chegarmos ao ideal de escola inclusiva que atenda às necessidades de todos, uma escola que seja adaptada, tanto no que diz respeito aos recursos físicos, quanto aos recursos humanos. Para Sasaki (1997, p. 41):

A inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Deve haver, nas escolas, cursos que capacitem e atualizem os professores para que não se sintam inseguros ao receberem, nas suas salas de aula, os alunos com diferentes tipos de deficiência. Na visão de Nóvoa (1995, p. 26), “é natural que os esforços inovadores na área da formação de professores contemplem práticas de formação-ação e de formação investigação”. Nessa perspectiva, a formação docente precisa de espaço para uma prática reflexiva.

Embora as desigualdades de acesso, condições e resultados educacionais tenham preocupado pesquisadoras e educadoras ao longo da nossa história, somente recentemente, na década de 1990, a política educacional brasileira (VIANNA e UNBEHAUM, 2004), passa a enfatizar a construção das diferenças e desigualdades no currículo sob a bandeira da diversidade cultural, educação inclusiva e currículo multicultural.

De acordo com a Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência prevista na Constituição de 1988, tendo em vista o disposto na Lei nº. 7.853/89 alterada pelo Decreto 3.298/99 foram adotados os seguintes princípios:

I – Desenvolvimento de ações conjuntas do Estado e da Sociedade Civil de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

II – Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico.

III – Respeito às pessoas portadoras de deficiência que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados sem privilégios ou paternalismos.

No intuito de somar forças com as leis construídas nas Convenções e Políticas de Estado, os sistemas educacionais propiciaram transformações para efetivarem os direitos às liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, reagindo com a implantação curricular dos PCN's, que declara: “O fazer artístico, como desenvolvimento de potencialidades: percepção, intuição, reflexão, investigação, sensibilidade, imaginação, curiosidade e flexibilidade.” (BRASIL, 1998, p.37).

A partir dos séculos XVIII e XIX, a preocupação com a educação dos cegos vai ganhando mais força. Nesse período apareceu um sistema de leitura em alto relevo com letras em caracteres comuns, criado por Hauy, que foi o fundador da primeira escola para cegos no mundo, em 1784, na cidade de Paris, denominada Instituto Real dos Jovens Cegos. Louis Braille, um jovem estudante, tomou conhecimento de uma invenção denominada sonografia ou código militar, desenvolvida por Charles Barbier, esse invento tinha como objetivo possibilitar a comunicação noturna entre oficiais na guerra e a partir desse sistema criou o sistema ou código braille.

Com o advento do Braille, o processo de ensino aprendizagem das pessoas cegas tem uma evolução, possibilitando-lhes maior participação social. Desde então, se tem dedicado a capacitação de recursos humanos, a publicações científicas e a inserção de pessoas deficientes visuais no mercado de trabalho. Segundo Fontana e Vergana Nunes (2006), são possíveis dizer que a ferramenta mais conhecida na educação de cegos é a escrita braille.

A criança cega aprende por experimentação e não por imitação, então cabe ao professor à análise, organização e sistematização de atividades pedagógicas específicas, necessárias ao desenvolvimento integral do aluno, como também propor e adaptar atividades



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

lúdicas, prazerosas e situações de interação, socialização e coletiva com os demais alunos da escola. A criança cega demora muito tempo a entrar no universo do “ler e escrever”. O Sistema Braille não faz parte do seu dia-a-dia, como um objeto socialmente estabelecido, porque somente os cegos utilizam dele. A descoberta das propriedades e funções da escrita torna-se impraticáveis para ela, caso não tenha acesso a essa comunicação alternativa. Infelizmente as crianças cegas só tomam contato com a escrita e a leitura no período escolar. Esse impedimento pode trazer prejuízos e atrasos no processo de alfabetização.

Suas descobertas e construções mentais irão depender da forma como será estimulado, levado a conhecer o mundo que o rodeia. Pois o seu desenvolvimento e domínio de habilidades psicomotoras são essenciais para a facilitação do processo de leitura-escrita pelo Sistema Braille.

A Inclusão Social começou a atender mais as pessoas com deficiências, visando a sua integração na sociedade, por meio de educação e do trabalho digno. Um grande avanço foi a introdução do sistema DOSVOX, que permite ao deficiente visual, o acesso ao computador através de sons emitidos por esse programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados ampliaram nosso conhecimento acerca do assunto e principalmente desmistificou preconceitos que ainda tínhamos a respeito da respectiva deficiência.

É por falta de conhecimento que o senso comum ainda mantém diversas concepções preconceituosas sobre os cegos. Muitas vezes os veem como coitadinhos, sofredores, que vivem sempre em um mundo obscuro, sem rumo e sem direção. A deficiência visual não é mais vista como uma barreira para a educação, pois conforme vimos, às concepções recentes sobre conceitos, apontam para processos de mudanças.

Podemos perceber que é no discurso, ou na ausência dele, que está oculto o preconceito e a discriminação. As crianças e os adultos D.V são bombardeados constantemente por causa da sua deficiência. O fato de serem chamados de coitadinhos e de



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

quase toda a sociedade ter pena dos mesmos já os excluem de uma vida social, pois veem neles pessoas incapacitadas de atuar como cidadãos e assumirem papéis também no convívio social.

Estudar este tema nos levou, enquanto profissionais da educação, a refletir que tipo de educação irá proporcionar às crianças, de maneira que a envolvamos no processo de ensino-aprendizagem, tornando-as autônomas, criativas e transformadoras da sociedade na qual estão inseridas.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Compreendendo o cego:** uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias. São Paulo: FAPESP/Casa do Psicólogo, 1997.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.

BRASIL, MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 1998.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. In: STOBÄUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño. (Org.). **Educação especial:** em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPURCS, 2003.

FONSECA, V. **Educação Especial.** Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.** Jomtien, Tailândia: 5 a 9 de março de 1991.

MASINI, Elcie F. Salzano. A educação do portador de deficiência visual: as perspectivas do vidente e do não vidente. In: ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. (Org.). **Tendências e**



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

desafios da educação especial. Brasília: Secretaria Especial de Educação à Distância, 1994. p.82-103.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: Histórias e políticas públicas. São Paulo, Cortez, 1982.

_____ Educação Especial no Brasil. São Paulo, Cortez, 2005.

NÓVOA, António (Org.). **Vida de professores.** Tradução: Maria dos Anjos Caseiro e Manuel Figueiredo Ferreira. Portugal: Ed: Porto LTDA, 1995.

ORMELEZI, Eliana Maria. **Os caminhos da aquisição do conhecimento e a cegueira:** do universo do corpo ao universo simbólico. São Paulo: USP, 2000. Dissertação de Mestrado apresentada em 2000 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo em 2000.

PROJETO ESCOLA VIVA: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Brasília, 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Brasília: Corde, 1994.

VIANNA, Cláudia e UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil:** 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora Autores Associados, p. 77-104, 2004

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Compreendendo o cego.**